

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	6
5.5 - Alterações significativas	9
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	10

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	20
10.2 - Resultado operacional e financeiro	41
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	42
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	44
10.5 - Políticas contábeis críticas	47
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	49
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	50
10.8 - Plano de Negócios	51
10.9 - Outros fatores com influência relevante	52

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos (“**Política de Gerenciamento de Riscos**”), que foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de agosto de 2020. Para mais informações sobre a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, vide item 5.6 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, na medida em que não está exposta a estes tipos de riscos em suas atividades.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, na medida em que não está exposta a estes tipos de riscos em suas atividades.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não está exposta a riscos de mercado em suas atividades.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota estratégia específica de proteção patrimonial (*hedge*).

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não está exposta a riscos de mercado em suas atividades.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

A Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, uma vez que na avaliação de seus administradores a Companhia não está exposta a riscos que justificariam operações de tal natureza.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Não há estrutura organizacional de controle de gerenciamento específico para riscos de mercado. Tendo em vista a natureza de suas atividades, sua administração entende que, atualmente, não há necessidade de gerenciamento de riscos de mercado.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Não há estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado. Tendo em vista a natureza de suas atividades, sua administração entende que, atualmente, não há necessidade de gerenciamento de riscos de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota práticas e controles internos, que estão também refletidos em sua Política de Gerenciamento de Riscos, para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade na elaboração das suas demonstrações financeiras.

O processo de fechamento contábil é realizado em uma estrutura de acompanhamento de fechamentos em módulos sistêmicos. Mensalmente, a gerência da área de contabilidade e controladoria e a Diretoria Financeira da Companhia analisam e revisam o fechamento contábil de forma a assegurar sua adequação e confiabilidade.

A Companhia conta ainda com uma área de Riscos, Controles Internos e Auditoria interna, que reporta diretamente ao Comitê de Auditoria e que executa a programação anual de auditoria com o objetivo de identificar oportunidades e sugerir melhorias nos processos de gestão e controle.

As demonstrações financeiras são examinadas por auditores independentes, os quais emitem um relatório de opinião sobre a adequação das mesmas e a aprovação das demonstrações financeiras é realizada pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração.

Com base nos relatórios e apontamentos da Auditoria Externa, a Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer deficiências significativas nos controles internos, com grau de risco relevante, a ponto de afetar a preparação e a qualidade das Demonstrações Financeiras, em todos os seus aspectos relevantes.

De forma a avaliar o grau de eficiência dos controles, a área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna tem como propósito validar processos para que se tenha conhecimento de erros ou irregularidades que possam trazer efeitos significativos sobre as demonstrações contábeis, com foco em apresentar sugestões construtivas através do entendimento da causa raiz e permanente trabalho para aprimorar procedimentos e controles.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Os riscos relacionados à elaboração das demonstrações financeiras confiáveis e os procedimentos de gerenciamento destes riscos estão sob responsabilidade direta da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna. Este gerenciamento é feito com fundamental suporte da Diretoria Financeira e da gerência de contabilidade e controladoria.

Os controles internos destinados à elaboração de demonstrações financeiras confiáveis são avaliados e reportados em relatório elaborado pela Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna, posteriormente consolidado em relatório elaborado pela mesma área a partir de todos os relatórios integrantes do primeiro nível do sistema estruturado de gerenciamento de riscos da Companhia.

Este relatório consolidado, contendo as conclusões e avaliação da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna sobre os procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia é então submetido à análise do Comitê de Auditoria para monitoramento e análise da adequação dos procedimentos adotados e identificação de novos riscos.

Com base nesse fluxo de informação incorporado nos relatórios periódicos, o Comitê de Auditoria Estatutário reporta semestralmente suas conclusões e sua avaliação sobre a confiabilidade dos controles internos da Companhia, inclusive sobre o Risco Operacional, ao Conselho de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Administração, dando suporte ao monitoramento, à aprovação e revisão das estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia pelo Conselho de Administração.

Com relação ao Risco Operacional, a função da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna estende-se tanto ao primeiro quanto ao segundo nível de sistema estruturado de gerenciamento de riscos da Companhia, abrangendo a identificação de eventos e resposta a riscos, assim como informação e comunicação do gerenciamento de riscos e o controle das atividades de gerenciamento de riscos.

Em 1º de outubro de 2020, as funções da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna foram formalizadas na Política de Gerenciamento de Riscos, cuja alteração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e sua vigência teve início na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado celebrado entre a Companhia e a B3. Na mesma ocasião, o Conselho de Administração concluiu pela suficiência da estrutura da referida área e aprovou orçamento que acredita ser suficiente para desempenho de suas funções, sem prejuízo de reavaliar sua deliberação com base no contínuo monitoramento do desempenho das atividades da área.

Para maiores informações sobre as funções e procedimentos da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna, vide item 5.6 deste Formulário de Referência.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão da eficiência dos controles internos integra o segundo nível do sistema estruturado de gerenciamento de riscos da Companhia, tendo como núcleo a Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna, e está baseada na informação, comunicação e revisão periódica.

A Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna da Companhia, conforme refletido nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, deverá, dentre outros, (a) preparar relatórios que descrevam os riscos da Companhia, a avaliação de risco correlata e os resultados do gerenciamento do risco, e submetê-los ao Comitê de Auditoria; (b) realizar no mínimo uma revisão anual do sistema de controles internos da Companhia; (c) coordenar a força de trabalho interna destinada a detectar quaisquer riscos e monitorar a eficácia do processo de gerenciamento do risco; e, por fim, (d) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

Além disso, a Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna atua na atividade de controle dos riscos, nos termos das recomendações do relatório do COSO, cabendo a ela estabelecer o processo de Gestão do Risco da Companhia, fixar e coordenar as diretrizes referentes aos controles internos e ao risco corporativo, revisar anualmente o sistema de controle de riscos internos.

Com o apoio da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria Estatutário atua para monitorar sistematicamente o gerenciamento de riscos da Companhia, inclusive especificamente para rever o cumprimento da lei, padrões e regulamentos aplicáveis e monitorar e investigar eventos que possam prejudicar os controles internos da Companhia.

A Diretoria também atua na supervisão da eficiência dos controles internos, incumbindo-lhe reexaminar periodicamente a Avaliação de Risco e relatar quaisquer descobertas ao Conselho de Administração.

Por fim, o Conselho de Administração, com suporte das áreas supramencionadas, deverá monitorar, revisar e aprovar as estratégias da Companhia para a gestão do risco. Além disso, o Conselho de Administração avalia o desempenho do Comitê de Auditoria e, conforme se

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

mostrem necessários, são definidos planos de ação para ajustes no desempenho do comitê. Tais planos de ação podem significar o aumento do orçamento do comitê, revisão da forma de atuação, substituição de membros do comitê, alterações na equipe de auditoria interna, entre outros.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores externos obtiveram entendimento dos controles internos relevantes e conduziram procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias em conexão com as demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, oportunidade em que não foram identificadas deficiências significativas. Com relação as deficiências significativas identificadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2 2019, 2018 e 2017 (triênio) e do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, estas foram implementadas ou tiveram seu risco reavaliado e não são mais consideradas como deficiências significativas.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável pois não foram apontadas deficiências significativas ou possíveis deficiências significativas que demandem comentários dos Diretores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia possui seu compromisso com a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. A fim de consolidar as diretrizes que pautam sua atuação corporativa, a Companhia estruturou algumas de suas práticas em seu Código de Ética e Conduta (“**Código**”), o qual foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de agosto de 2020. Essas normas internas voltadas à integridade reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia estão descritos em seu Código, que destaca veemente a intolerância com qualquer prática ilícita ou antiética, como pagamento de suborno, fraude, lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, cartel, concorrência desleal, tráfico de influências, favorecimentos indevidos, entre outros, seja no relacionamento com o poder público ou na esfera dos relacionamentos privados, especialmente no que concerne a atos de corrupção, norteando o desenvolvimento e manutenção de práticas de prevenção, monitoramento e combate a atos ou tentativas de corrupção, sendo aplicável indiscriminadamente a todos os integrantes da Companhia.

A Companhia possui um canal interno de orientações sobre dilemas éticos, reclamações, sugestões e resolução de dúvidas relativas ao Código, bem como para apresentação eventuais denúncias (internas e externas) relacionadas a violações do Código ou de quaisquer leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia.

A reavaliação de riscos e adaptação de políticas é realizada bimestralmente ou sempre que houver demanda das estruturas organizacionais envolvidas ou mudanças relevantes na Companhia. Para maiores informações sobre a avaliação de riscos, vide item 5.6 deste Formulário de Referência.

O Código pode ser acessado na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, SP e no site de relações com investidores do Enjoei (ri.enjoei.com.br)

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, a área de *compliance* da Companhia será responsável pela verificação e reporte de exposição, ao Conselho de Administração em última instância, de situações que possam vir a representar riscos de *compliance*.

(iii) código de ética ou de conduta

O Código tem como objetivo estabelecer os valores, diretrizes e princípios pelos quais os administradores, membros de órgãos técnicos e consultivos, funcionários e colaboradores da Companhia devem se pautar ao se relacionarem internamente, com a sociedade ou com qualquer terceiro ao desempenhar suas atividades.

Todos os profissionais da Companhia devem aderir ao Código e às diretrizes nele referenciadas, inclusive relatando eventuais violações em seu ambiente de trabalho. A aplicação de sanções devido a transgressões às normas do referido Código será apreciada caso a caso e deverá considerar: (i) a natureza e a gravidade da transgressão; (ii) o cargo do transgressor e suas responsabilidades; (iii) o histórico do transgressor e as circunstâncias atenuantes; (iv) os meios

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

utilizados e os fins almejados; (v) os riscos envolvidos; e (vi) as possíveis consequências da sanção.

Qualquer profissional que viole as disposições deste Código e das diretrizes neste documento referenciadas, ou os princípios e normas de conduta por eles adotados, está sujeito a medidas disciplinares a serem analisadas pela área de ouvidoria da Companhia e validadas pelo departamento jurídico, tais como: (i) advertências; (ii) suspensões; (iii) sanções, inclusive pecuniárias; (iv) demissão; (v) processos judiciais.

Todos os administradores, funcionários e colaboradores da Companhia ou de quaisquer de suas controladas devem seguir e zelar pela constante observância do Código, em conjunto com as políticas e normas internas da Companhia.

Adicionalmente, caberá aos destinatários do Código a participação em atividades e treinamentos quanto ao conteúdo do Código, das políticas e normas internas da Companhia, a serem realizados anualmente ou sempre que a Companhia entender necessário.

O Código pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, SP; e (ii) internet: site da Companhia (ri.enjoei.com.br), site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

(b) canal de denúncia

A Companhia possui um canal interno de orientações sobre dilemas éticos, reclamações, sugestões e resolução de dúvidas relativas ao Código, bem como para apresentação de eventuais denúncias (internas e externas) relacionadas a violações do Código ou de quaisquer leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia, o qual estará disponível para acesso pelo site <https://denuncia.iaudit.com.br/sistema/enjoei> a partir da data de concessão do registro de Companhia aberta pela Comissão de Valores Mobiliários.

As denúncias de potenciais violações reportadas por meio do Canal de Orientação e Denúncia serão encaminhadas à área de ouvidoria da Companhia, que coordenará sua respectiva apuração – respeitadas as eventuais competências dos demais órgãos previstas em lei ou nas normas internas da Companhia – e reportará seus respectivos andamentos ao Comitê de Auditoria.

Caso a denúncia se refira à própria área de ouvidoria ou a membros da Diretoria da Companhia, ela deverá ser imediatamente encaminhada ao Comitê de Auditoria, que procederá a sua análise e a submeterá, com suas eventuais considerações e recomendações, ao Conselho de Administração para adoção das medidas cabíveis.

Este é o único canal oficial de comunicação para que sejam denunciados, inclusive anonimamente, todos os casos de violação ao Código, leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia. O canal garante o sigilo quanto ao colaborador que realizou a denúncia e trata as informações com a devida diligência e confidencialidade, garantindo o seu correto processamento. A confidencialidade garante, ainda, que o colaborador de boa-fé que utilizar qualquer meio direto para manifestação ou denúncias não sofrerá nenhuma retaliação ou punição em função disto.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, até o momento, não tem como prática e não possui como intenção em seu plano de negócios a realização de operações de fusões, aquisições e reestruturações societárias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

A Política de Gerenciamento de Riscos (“**Política de Gerenciamento de Riscos**”) da Companhia foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de agosto de 2020 e entrou em vigor na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, que visa estabelecer diretrizes e responsabilidades na gestão de riscos da Companhia, primordialmente, no que tange à identificação e análise dos riscos que possam afetar a Companhia, bem como controles e procedimentos de monitoramento para a efetiva criação, proteção e crescimento do valor da Companhia, observadas as disposições no estatuto social, no Código de Conduta e nas demais políticas em vigor. A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada na: (i) sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, SP; e (ii) internet: site da Companhia (ri.enjoei.com.br).

A Companhia adota, ainda, normativos complementares destinados ao gerenciamento de seus riscos, tais como o seu Código de Ética e Conduta (“**Código de Ética**”) que é disponibilizado para todos os colaboradores e tem como objetivo estabelecer os valores, diretrizes e princípios pelos quais os administradores, membros de órgãos técnicos e consultivos, funcionários e colaboradores da Companhia devem se pautar ao se relacionarem internamente, com a sociedade ou com qualquer terceiro ao desempenhar suas atividades.

Ao adotar um processo estruturado de gerenciamento de riscos, pautado pela nova Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia espera manter-se adequada às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

A Política de Gerenciamento de Riscos visa à gestão dos seguintes tipos de risco a que está sujeita a Companhia:

“Risco Estratégico”	Risco de implementação de uma estratégia errada, inadequada ou ineficaz que deixe de atingir os objetivos da Companhia.
“Risco Operacional”	Risco resultante de falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoal e sistemas internos ou eventos externos que possa dificultar o alcance dos objetivos da empresa, incluindo-se o risco resultante de falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoal e sistemas internos para elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.
“Risco de Imagem”	Risco de prejuízo decorrente da exposição negativa da marca em redes sociais, por meio de reclamações, mensagens e comentários divulgados pelos clientes.
“Risco de Infraestrutura de Sistema de Tecnologia da Informação”	Risco de falhas no serviço de infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo anomalias nos indicadores de serviços, servidores, bancos de dados e endpoints de terceiros, bem como lentidões e oscilações na plataforma, que podem acarretar a redução ou interrupção total ou parcial das atividades.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

"Risco de Vendas"	Risco de oscilações nos níveis de transações realizadas na plataforma, que podem estar limitados a um segmento específico ou envolver as vendas na plataforma de uma maneira geral. Os Riscos de Vendas podem decorrer de uma deficiência na estratégia ou incentivos de marketing, em problemas envolvendo determinado grupo de produtos, em instabilidades e falhas verificadas nos sistemas de meio de pagamento, no carregamento do checkout (hipótese em que tratar-se-á também de um Risco de Infraestrutura de Sistema de Tecnologia da Informação), entre outros.
"Risco de Liquidez"	Risco de falta de capacidade financeira da Companhia para pagar suas dívidas previstas e imprevistas, efetivas e futuras, incluindo operações com garantias, sem afetar suas operações do dia a dia e sem incorrer em perdas significativas.
"Risco de Crédito"	Risco relativo à inadimplência de clientes devido à falta de capacidade financeira para honrar suas dívidas, falhas de comunicação entre a Companhia e seus devedores, desavenças entre a Companhia e seus devedores acerca dos montantes devidos e outras.
"Risco de <i>Compliance</i> "	Risco de estar sujeito a quaisquer sanções legais de cunho reputacional ou regulatórias, ou prejuízo financeiro que a Companhia possa sofrer em decorrência de sua falha em cumprir as leis e regulamentos aplicáveis, políticas internas, códigos de conduta e padrões de boas práticas.
"Risco de Dados"	Risco relacionado à perda, ao mau uso ou à divulgação não autorizada de dados pessoais ou sensíveis de clientes, fornecedores, parceiros de negócio, que possam causar danos ou transtornos a qualquer indivíduo, ameaçar os negócios da Companhia ou prejudicar sua reputação.
"Risco Estrutural do Meio de Pagamento"	Risco relacionado à interrupção estrutural das operações desenvolvidas pelas empresas de meio de pagamento que prestam serviços para a Companhia, o que pode vir a prejudicar o fluxo de pagamento relacionado às atividades da Companhia. O Risco Estrutural do Meio de Pagamento é mitigado em razão do fato de a Companhia contar com mais de um meio de pagamento em funcionamento, podendo direcionar as transações de um sistema para o outro.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece um processo estruturado a ser implementado e internalizado pela Companhia gradativa mas ativamente, que envolve:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

- **ambiente interno** – envolve o estabelecimento da base de como riscos e controles são visualizados e tratados pelos colaboradores da Companhia;
- **fixação de objetivos** – pressupõe a certificação de que a administração dispõe de um processo para fixar objetivos e que os objetivos escolhidos se alinham à missão e aos princípios da Companhia;
- **identificação de eventos** - inclui a identificação de fatores internos e externos que possam afetar adversamente as estratégias de negócios e as metas da Companhia;
- **avaliação do risco** – exige uma análise dos riscos identificados para formar uma base para determinar como deverão ser gerenciados;
- **resposta ao risco** – exige que a administração implemente um conjunto de iniciativas e planos de ação para mitigar riscos quando for o caso, com base no perfil de risco na Companhia;
- **atividades de controle** – inclui o estabelecimento e a execução de políticas e procedimentos com o intuito de assegurar que a estrutura selecionada de resposta ao risco é adequada e a sua gestão efetivamente realizada;
- **informação e comunicação** – exige que as informações relevantes sejam identificadas, capturadas e comunicadas em formato e prazo que permitam às pessoas desempenhar suas atribuições; e
- **monitoramento** – exige revisão e atualização permanentes do processo de gestão de riscos da Companhia para garantir que esta esteja apta a reagir prontamente a circunstâncias diferentes e inesperadas.

O gerenciamento dos diferentes riscos elencados no item acima ocorre da seguinte forma:

“Risco Estratégico”

O Risco Estratégico está sob responsabilidade imediata da Diretoria. A definição de um processo estruturado pela Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo proporcionar a sistematicidade da gestão deste Risco, que se baseia (i) no monitoramento e gerenciamento direto e constante; (ii) na reavaliação periódica de riscos; (iii) na identificação de novos riscos; (iv) na avaliação integrada aos outros riscos; e (v) na avaliação da efetividade de seu gerenciamento. O gerenciamento do risco também está fundado na especialização para respostas diretas e constantes e na comunicação e integração para respostas estratégicas e estruturais.

“Risco Operacional”

O Risco Operacional está sob responsabilidade imediata da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna. A definição de um processo estruturado pela Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo proporcionar a sistematicidade da gestão deste Risco, que se baseia (i) no monitoramento e gerenciamento direto e constante; (ii) na reavaliação periódica de riscos; (iii) na identificação de novos riscos; (iv) na avaliação integrada aos outros riscos; e (v) na avaliação da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

efetividade de seu gerenciamento. O gerenciamento do risco também está fundado na especialização para respostas diretas e constantes e na comunicação e integração para respostas estratégicas e estruturais.

“Risco de Imagem”

O Risco de Imagem está sob responsabilidade imediata da Área de *Customer Success*, incumbida do monitoramento da marca nas mídias sociais. Seu gerenciamento está baseado (i) no monitoramento e gerenciamento direto e constante; (ii) na reavaliação periódica de riscos; (iii) na identificação de novos riscos; (iv) na avaliação integrada aos outros riscos; e (v) na avaliação da efetividade de seu gerenciamento. O gerenciamento do risco também está fundado na especialização para respostas diretas e constantes e na comunicação e integração para respostas estratégicas e estruturais.

A equipe é notificada de menções, mensagens e reclamações envolvendo a marca nas mídias sociais. Os contatos com usuários dos serviços são centralizados em uma única plataforma, que armazena histórico, mapeia oportunidades para melhoria do produto, fornece a possibilidade autoatendimento e estabelece um limite de 24 horas para o primeiro contato com o usuário.

As interações dos usuários são classificadas nas seguintes categorias:

- (i) **Reclamação:** assuntos em que já houve atendimento, mas não houve satisfação do usuário com a solução dada.
- (ii) **Solicitação:** assuntos que requerem suporte para realizar ações na plataforma.
- (iii) **Informação:** assuntos abordados na sessão de *Frequent Asked Questions* em que o suporte atua para prestar esclarecimentos adicionais.

A priorização entre diferentes mídias é baseada na frequência com que os usuários a utilizam para entrar em contato com a plataforma.

As questões envolvendo parceiros da plataforma são tratadas com atenção às especificidades para propor solução adequada, acompanhar a resolução e registrar atendimento prestado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

“Risco de Infraestrutura de Sistema de Tecnologia da Informação”

O Risco de Infraestrutura de Sistema de Tecnologia de Informação está sob responsabilidade direta da Área de Engenharia de Software. Seu gerenciamento está baseado (i) no monitoramento e gerenciamento direto e constante; (ii) na reavaliação periódica de riscos; (iii) na identificação de novos riscos; (iv) na avaliação integrada aos outros riscos; e (v) na avaliação da efetividade de seu gerenciamento. O gerenciamento do risco também está fundado na especialização para respostas diretas e constantes e na comunicação e integração para respostas estratégicas e estruturais.

Esta atuação dá-se com apoio softwares de monitoramento de indicadores nos serviços, servidores, banco de dados e *endpoints* de terceiros, que (i) informam os responsáveis de engenharia e infraestrutura de qualquer anomalia; e (ii) automaticamente ajustam a algumas alterações.

A implementação de novas funcionalidades segue um fluxo de aprovação destinado a evitar o risco de *downtime*. O referido fluxo envolve a revisão por diferentes integrantes especializados, determinados de acordo com os impactos trazidos pela nova funcionalidade. Posteriormente a nova funcionalidade é submetida a testes pela equipe responsável, que são seguidos por outros testes automatizados e manuais do mesmo código em cópia interna do ambiente de produção. O lançamento da nova funcionalidade também é adequado ao seu nível de risco para a infraestrutura e seguido por novos testes do código já na plataforma.

“Risco de Vendas”

O Risco de Vendas está sob responsabilidade direta da Área de Marketing. Seu gerenciamento está baseado (i) no monitoramento e gerenciamento direto e constante; (ii) na reavaliação periódica de riscos; (iii) na identificação de novos riscos; (iv) na avaliação integrada aos outros riscos; e (v) na avaliação da efetividade de seu gerenciamento. O gerenciamento do risco também está fundado na especialização para respostas diretas e constantes e na comunicação e integração para respostas estratégicas e estruturais.

O monitoramento direto e constante define a estratégia utilizada para tratar um risco cuja concretização se mostre iminente ou efetiva.

Monitoramento: a Área de Marketing acompanha diariamente, hora a hora, curvas de engajamento no website e nos aplicativos (a partir de cliques,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

investimentos, comentários, ofertas, intenções de compra) e curvas de venda, comparando-as com histórico da curva naquele dia e expectativa de crescimento desta curva de venda. Este monitoramento é feito com suporte de softwares especializados.

O monitoramento também contempla flutuações abruptas de indicadores-chave de desempenhos (*Key Performance Indicator*) com instrumentos automatizados de notificação destas variações.

A identificação de comportamentos fora do esperado dispara a atuação dentro da Enjoei para mapear a queda, com investigação de cortes mais segmentados, que baseará a classificação das situações em diferentes cenários que definem as estratégias a serem adotadas, de acordo com hipóteses levantadas pelos times de acordo com as informações disponíveis. As estratégias envolverão, então, ações pontuais no caso de problemas pontuais que estejam gerando a queda na curva de vendas, ou ações estruturais, envolvendo soluções de marketing ou de produto.

Caso a investigação leve à conclusão que há um problema de produto, o time de produto é acionado para investigação do código, atuando com vistas às mudanças recentes, em especial nas etapas de funil de conversão em que se identificaram os estreitamentos durante a investigação.

A proposta de solução mais rápida e de maior impacto é perseguida pela atuação conjunta dos times de Marketing, BI, Produto e Engenharia, que buscam a implementação de nova versão do código a ser novamente acompanhado pelos times de Marketing e BI.

“Risco de Liquidez”

O Risco de Liquidez está sob responsabilidade direta da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna. A definição de um processo estruturado pela Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo proporcionar a sistematicidade da gestão deste Risco, que se baseia (i) no monitoramento e gerenciamento direto e constante; (ii) na reavaliação periódica de riscos; (iii) na identificação de novos riscos; (iv) na avaliação integrada aos outros riscos; e (v) na avaliação da efetividade de seu gerenciamento. O gerenciamento do risco também está fundado na especialização para respostas diretas e constantes e na comunicação e integração para respostas estratégicas e estruturais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

“Risco de Crédito”

O Risco de Crédito está sob responsabilidade direta da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna. A definição de um processo estruturado pela Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo proporcionar a sistematicidade da gestão deste Risco, que se baseia (i) no monitoramento e gerenciamento direto e constante; (ii) na reavaliação periódica de riscos; (iii) na identificação de novos riscos; (iv) na avaliação integrada aos outros riscos; e (v) na avaliação da efetividade de seu gerenciamento. O gerenciamento do risco também está fundado na especialização para respostas diretas e constantes e na comunicação e integração para respostas estratégicas e estruturais.

“Risco de *Compliance*”

O Risco de Compliance está sob responsabilidade direta da Área Jurídica e de Compliance. A definição de um processo estruturado pela Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo proporcionar a sistematicidade da gestão deste Risco, que se baseia (i) no monitoramento e gerenciamento direto e constante; (ii) na reavaliação periódica de riscos; (iii) na identificação de novos riscos; (iv) na avaliação integrada aos outros riscos; (v) na avaliação da efetividade de seu gerenciamento. O gerenciamento do risco também está fundado na especialização para respostas diretas e constantes, na comunicação e integração para respostas estratégicas e estruturais e na garantia da independência necessária para endereçar as questões associadas.

O Comitê de Auditoria também é diretamente responsável pelo aperfeiçoamento do gerenciamento do Risco de Compliance, devendo investigar e monitorar eventos prejudiciais à política de compliance da Companhia, além de coordenar e monitorar as atividades do canal de denúncias desempenhadas pela área de ouvidoria da Companhia para assegurar autonomia, sigilo, confidencialidade e um ambiente livre de retaliações.

“Risco de Dados”

O Risco de Dados está sob responsabilidade direta da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna. A definição de um processo estruturado pela Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo proporcionar a sistematicidade da gestão deste Risco, que se baseia (i) no monitoramento e gerenciamento direto e constante; (ii) na reavaliação periódica de riscos; (iii) na identificação de novos riscos; (iv) na avaliação integrada aos outros riscos; e (v) na avaliação da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

efetividade de seu gerenciamento. O gerenciamento do risco também está fundado na especialização para respostas diretas e constantes e na comunicação e integração para respostas estratégicas e estruturais.

“Risco Estrutural do Meio de Pagamento”

O Risco Estrutural do Meio de Pagamento está sob responsabilidade direta da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna. A definição de um processo estruturado pela Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo proporcionar a sistematicidade da gestão deste Risco, que se baseia (i) no monitoramento e gerenciamento direto e constante; (ii) na reavaliação periódica; (iii) na identificação de novos riscos; (iv) na avaliação integrada aos outros riscos; e (v) na avaliação da efetividade de seu gerenciamento. O gerenciamento do risco também está fundado na especialização para respostas diretas e constantes e na comunicação e integração para respostas estratégicas e estruturais.

A Política de Gerenciamento de Riscos foi elaborada tendo em conta as sugestões *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), de modo que a descrição abaixo é pautada pelos elementos do processo estruturado de Gerenciamento de Riscos Corporativos elencados em seu relatório.

Primeiro Nível – Identificação de Eventos e Resposta a Riscos:

O Primeiro Nível de gestão dos riscos é formado pela Política de Gerenciamento de Riscos a partir da alocação de cada um dos riscos elencados no item (i) acima a uma área especializada que deverá monitorar e responder aos riscos de sua responsabilidade, com o suporte de softwares e de outras áreas da Companhia. Esta linha atua com vistas à resposta rápida aos riscos e está, por isso, baseada no monitoramento contínuo e em respostas pontuais. O objetivo principal nesta etapa é reduzir a probabilidade e o impacto dos riscos.

Integram esta etapa de proteção (i) a Diretoria, responsável pelo Risco Estratégico; (ii) a Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna, responsável pelos Riscos Operacional, de Crédito, de Liquidez, de Dados e o Risco Estrutural de Meios de Pagamento; (iii) a Área Jurídica e de Compliance, responsável pelo Risco de Compliance; (iv) a Área de Engenharia de Software, responsável pelo Risco de Infraestrutura de Sistema de Tecnologia de Informação; (v) a Área de Customer Success, responsável pelo Risco de Imagem; e (vi) a Área de Marketing, responsável pelo Risco de Vendas.

Todas estas áreas devem, nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, elaborar relatório bimestral de mapeamento do risco sob sua competência e do gerenciamento do referido risco, que deverá ser remetido à Área de Riscos, Controle Interno e Auditoria Interna. Este relatório visa ao aprimoramento constante do gerenciamento de riscos, sendo também o primeiro elemento de um processo de comunicação e informação dentro da Companhia.

Segundo Nível – Informação e Comunicação, e Atividades de Controle do Gerenciamento de Riscos:

O Segundo Nível de gerenciamento de riscos tem como núcleo a Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna. No fluxo de informação, esta área é responsável por receber todos os relatórios bimestrais das outras áreas que integram a primeira linha de gestão dos riscos e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

elaborar, também bimestralmente, um relatório dos riscos da Companhia. Este relatório deverá descrever os Riscos da Companhia, sua avaliação e os resultados do Gerenciamento de Riscos.

Além disso, a Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna atua na atividade de controle dos riscos, cabendo a ela estabelecer o processo de Gestão do Risco da Companhia, fixar e coordenar as diretrizes referentes aos controles internos e ao risco corporativo, revisar anualmente o sistema de controle de riscos internos, coordenar a detecção de qualquer Risco e monitorar a eficácia do Gerenciamento de Risco.

A Diretoria também atua nesse nível, assumindo um viés mais executivo. Nesse sentido, assume a função de propor o Apetite por Risco da Companhia, revisar periodicamente a Política e apresentar sugestões ao Conselho de Administração, reexaminar periodicamente a Avaliação de Risco e relatar quaisquer descobertas ao Conselho de Administração.

A Diretoria e a Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna atuarão a partir das decisões do Conselho de Administração apoiado pelo Comitê de Auditoria para adequar as respostas aos riscos de acordo com as deliberações deste órgão, além de fornecer a informação decorrente do contato mais direto para a melhor deliberação do Conselho de Administração.

Terceiro Nível – Fixação de objetivos, Avaliação de Risco e Atividades de Controle:

O Terceiro Nível de gerenciamento consiste na atuação do Conselho de Administração com suporte do Comitê de Auditoria. Este deverá analisar e consolidar as informações constantes dos relatórios bimestrais da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna, reportando suas conclusões e sua avaliação sobre a confiabilidade dos controles internos da Companhia semestralmente ao Conselho de Administração. Ao Comitê também caberá avaliar e monitorar as exposições de Risco da Companhia, investigar e monitorar eventos que possam prejudicar os controles internos e a política de *compliance* da Companhia, dentre outras funções de coordenação e fiscalização.

Ao Conselho de Administração, por fim, caberá a função de orquestrar a aplicação da Política de Gerenciamento de Riscos na Companhia com o suporte da análise e das informações trazidas tanto pelo Comitê de Auditoria, quanto pela Diretoria. Por isso, ele deverá determinar o Apetite por Risco da Companhia, revisar, monitorar e aprovar as estratégias da Companhia para a gestão do risco, além de deliberar sobre os relatórios e outros documentos elaborados pelo Comitê de Auditoria e pela Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna. Dentro dessa atuação, lhe caberá tomar as principais decisões no processo de gestão de riscos da Companhia, avaliar a efetividade do sistema de controles internos.

Implementação e aperfeiçoamento da cultura de gerenciamento de riscos:

O Conselho de Administração tem, no momento em que se encontra a Companhia, a função de aperfeiçoar a aplicação da Política de Gerenciamento de Riscos formalizada recentemente, inculcando em toda a Companhia uma cultura de gerenciamento de riscos adequada às novas circunstâncias. Para isso, cabe ao Comitê de Auditoria realizar treinamentos recorrentes com todo o pessoal da Companhia para capacitá-los a identificar, evitar, avaliar, monitorar e mitigar Riscos. Nesse mesmo sentido, a Área de Jurídica e de Compliance será responsável por conduzir treinamentos de *compliance* e preparar boletins informativos para outras áreas quando julgar conveniente.

O processo de implementação da Política de Gerenciamento de Riscos e concomitante aperfeiçoamento baseia-se na informação, na comunicação e no monitoramento para aplicar o gerenciamento de riscos de forma sistemática para além do Primeiro Nível, possibilitando o acompanhamento e ajuste adequado às mudanças por que passar a Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Com base nas informações descritas neste item 5.6, a Companhia entende que a sua estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos é adequada.

A adequação da estrutura operacional e de controles internos é objeto de monitoramento e reavaliação do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria com o objetivo de se verificar: (i) se a Política de Gerenciamento de Riscos, assim como nossos demais códigos e políticas, estão sendo efetivamente adotados; e (ii) eventuais necessidades de revisões ou melhorias.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das demonstrações contábeis anuais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A AH compara índices ou itens das demonstrações contábeis ao longo de um período. A AV representa o percentual ou item em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia e a captação de recursos proveniente do processo de oferta pública inicial de ações é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante da Companhia era de R\$418.705 mil, sendo superior ao passivo circulante, que era de R\$39.417 mil, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 10,62.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante da Companhia era de R\$506.654 mil, sendo superior ao passivo circulante, que era de R\$28.371 mil, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 17,86. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante da Companhia era de R\$16.330 mil, sendo ligeiramente inferior ao passivo circulante, que era de R\$17.841 mil, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 0,92. A posição financeira da Companhia é baseada no plano de negócios em curso após o IPO, que prevê: **(i)** investimentos em marketing para ampliação da base de usuários vendedores e compradores combinados com as estratégias de marca e audiência; **(ii)** ampliação da operação do Enjoei Pro; **(iii)** iniciativas de crescimento das parceiras B2B, com expansão do inventário; e **(iv)** novas alternativas de logística. A redução do índice de liquidez corrente de 31 de dezembro de 2021 comparado com 31 de dezembro de 2020 está relacionado principalmente aos investimentos realizados de acordo com o plano de negócios da oferta pública inicial, que visam levar a Companhia a liderança do mercado de *second hand* no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o índice de endividamento total (representado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido) foi de 0,11, 0,06 e 1,47, respectivamente. A redução do índice de endividamento total entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 é atribuído principalmente ao incremento de capital resultante da oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro de 2020. O aumento do índice de endividamento total entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 é atribuído, principalmente, aos resultados operacionais e investimentos realizados da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o índice de endividamento geral (representado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo ativo total) foi de 10,11%, 6,03% e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

59,6%, respectivamente. A redução do índice de endividamento geral entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 é atribuído, principalmente ao incremento do caixa da Companhia resultante do processo de oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro de 2020. O reforço no caixa relacionado ao processo de oferta pública inicial de ações é o principal elemento da menor alavancagem financeira e do melhor resultado dos indicadores de liquidez. O aumento entre o índice de endividamento geral entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 é atribuído, principalmente, aos resultados operacionais da Companhia, que resultaram em consumo de caixa necessários para a ampliação e implementação do plano de negócios da Companhia.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações e para continuar a execução do seu plano de crescimento.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$14.945 mil, passando para R\$497.143 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse incremento de R\$482.198 mil é resultante, sobretudo, do incremento de capital oriundo da oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$497.143 mil, passando para R\$424.561 mil em 31 de dezembro de 2021. Essa redução decorreu, principalmente, dos resultados operacionais em virtude, majoritariamente, dos investimentos de R\$ 53,7 milhões em marketing de performance e construção de marca, com o objetivo de adquirir novos usuários e promover maior liquidez na plataforma através da construção de uma rede de vendedores e compradores ativa e, ainda, dos incentivos de redução de frete para os usuários da plataforma de aproximadamente R\$45,2 milhões;

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a seguinte estrutura entre capital próprio e de terceiros, que é condizente, na visão da Diretoria, com as atividades da Companhia, na aplicação dos recursos necessários para ampliação e implementação do seu plano de negócios, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	47.734	31.924	22.009
Capital próprio (patrimônio líquido)	424.561	497.143	14.945
Capital total (terceiros + próprio)	472.295	529.067	36.954
Parcela de capital de terceiros	10,11%	6,03%	59,56%
Parcela de capital próprio	89,89%	93,97%	40,44%

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o incremento de capital resultante da oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro de 2020, o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de captar empréstimos e financiamentos, além do próprio acesso ao mercado de capitais, a Diretoria

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a data deste Formulário de Referência.

Nos últimos exercícios sociais, as necessidades de recursos da Companhia foram financiadas pela sua capacidade de geração de caixa operacional, por meio de recursos de terceiros e próprios, incluindo o aporte de capital proveniente da emissão de ações em oferta pública inicial no montante de R\$470.834 mil. Assim, considerando o seu baixo endividamento e o seu fluxo de caixa, a Companhia acredita que terá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os seus custos, despesas operacionais e financeiras e investimentos pelos próximos 12 meses. Caso entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar as suas atividades e investimentos, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram as rodadas de investimento e a utilização de empréstimos e financiamentos de terceiros, descritos no item 10.1(f) abaixo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 as principais fontes de financiamento da Companhia para capital de giro e investimento em ativos não circulantes estão relacionadas aos recursos provenientes do processo de oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro de 2020.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais, financiamentos de terceiros (principalmente fornecedores) e incremento de caixa resultante da oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro de 2020 como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta contratos de empréstimo ou financiamentos relevantes em seu balanço patrimonial. Os contratos de empréstimos ou financiamentos que apresentavam saldo em 31 de dezembro de 2019 foram liquidados antecipadamente pela Companhia durante o segundo semestre de 2020. A tabela abaixo apresenta a evolução do endividamento bancário da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)			
- CCB Santander	-	-	675
Total	-	-	675

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía quaisquer operações de longo prazo com instituições financeiras, como já mencionado no item anterior.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia não apresentou restrições relacionadas a contratos de empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresenta contratos de financiamento. A Companhia liquidou antecipadamente as cédulas de crédito bancário nº 1624066765 e nº 4136073 em agosto e novembro de 2020 respectivamente. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de eventual necessidade.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, com as informações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia e com as respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (www.ri.enjoei.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

Demonstrações de resultados (em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	AV	AH
Receita líquida	106.140	100,00%	79.607	100,00%	33,33%
Custo do serviço prestado	(78.368)	-73,83%	(48.837)	-61,35%	60,47%
Lucro bruto	27.772	26,17%	30.770	38,65%	-9,74%
Receitas (despesas) operacionais	(162.850)	-153,43%	(59.306)	-74,50%	174,59%
Despesas comerciais	(57.197)	-53,89%	(21.967)	-27,59%	160,38%
Gerais e administrativas	(91.392)	-86,10%	(30.615)	-38,46%	198,52%
Depreciação e amortização	(10.417)	-9,81%	(6.779)	-8,52%	53,67%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(3.844)	-3,62%	55	0,07%	-7038,63%
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(135.078)	-127,26%	(28.536)	-35,85%	373,36%
Resultado financeiro líquido	16.293	15,35%	(2.600)	-3,27%	-726,65%
Receita financeira	21.800	20,54%	2.242	2,82%	872,35%
Despesa financeira	(5.507)	-5,19%	(4.842)	-6,08%	13,73%
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(118.785)	-111,91%	(31.136)	-39,11%	281,51%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0,00%	11	0,01%	-100,00%
Prejuízo do exercício	(118.785)	-111,91%	(31.125)	-39,10%	281,64%

A Companhia reclassificou as demonstrações do resultado referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, em decorrência das despesas provenientes da antecipação de recebíveis no montante de R\$2.583 mil, anteriormente apresentados como custo do serviço prestado, para despesa financeira. As citadas reclassificações não alteraram o patrimônio líquido e o resultado do exercício da Companhia.

As explicações a seguir estão considerando as informações do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 com as devidas reclassificações citadas acima para garantir a efetiva comparabilidade.

Receita líquida

A receita líquida aumentou R\$26.533 mil ou 33,33%, passando de R\$79.607 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020 para R\$106.140 mil no mesmo período em 2021, principalmente devido ao aumento da base de usuários (13,7 milhões de usuários acumulados em 31 de dezembro de 2020 contra 21,3 milhões em 31 de dezembro de 2021) e, consequentemente, do número de transações (3.256 mil transações no período de doze meses findos em 31 de dezembro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 2020 contra 4.688 mil no mesmo período em 2021). Esse aumento foi obtido em decorrência dos investimentos em aquisição de usuários, volume de incentivos de cupons de desconto, política de subsídio de frete e a revisão do modelo de comissionamento, tudo isso combinado com os investimentos em marketing atuando no fortalecimento da marca e conquistando mais pessoas para essa nova maneira de gerir as coisas sem uso que temos em casa.

Custo do serviço prestado

O custo do serviço prestado aumentou R\$ 29.531 mil, ou 60,47%, passando de R\$ 48.837 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 78.368 mil no mesmo período em 2021, principalmente devido ao aumento da base de usuários e, consequentemente, do número de transações no período. A variação também é justificada ao observar que no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020 tivemos um efeito de redução do custo do serviço prestado relacionado ao reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS e COFINS sobre gastos de propaganda e marketing e logística no valor de R\$3.942 mil para os períodos de 2017, 2018 e 2019.

Lucro bruto

Em decorrência das variações acima, o lucro bruto diminuiu de R\$ 30.770 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 27.772 mil no mesmo período em 2021, representando uma redução de R\$ 2.998 mil ou 9,74%. Desta forma, a margem bruta do período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2021 se reduziu em 12,49pp (pontos percentuais), atingindo 26,17% contra 38,65% no mesmo período em 2020.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais aumentaram R\$103.544 mil ou 174,59%, passando de R\$59.306 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$162.850 mil no mesmo período de 2021, em razão das seguintes variações:

- Aumento de R\$35.230 mil ou 160,38% nas despesas publicitárias, que passaram de R\$21.967 mil para R\$57.197 mil, principalmente em decorrência de investimentos em marketing de performance e construção de marca, com o objetivo de adquirir novos usuários e promover maior liquidez na plataforma através da construção de uma rede de vendedores e compradores ativa.
- Aumento de R\$60.777 mil ou 198,52% nas despesas gerais e administrativas, que passaram de R\$30.615 mil para R\$91.392 mil, devido substancialmente, as despesas de remuneração relacionadas ao programa de opção de compra de ações no valor R\$46.070 mil, ao crescimento do quadro de colaboradores no fortalecimento das áreas de tecnologia, atendimento e negócios, e ampliação dos investimentos no uso de ferramentas e serviços de tecnologia.
- Aumento de R\$3.638 mil ou 53,67% nas despesas de depreciação e amortização, que passaram de R\$6.779 mil para R\$10.417 mil, devido substancialmente, as amortizações da plataforma/site e dos contratos de arrendamento.
- Aumento de R\$3.899 mil em outras receitas (despesas) líquidas, que passaram de R\$55 mil de receita para R\$3.844 mil de despesas, devido as perdas com *chargeback* e a baixa de ativo imobilizado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Prejuízo operacional antes do resultado financeiro**

Em razão das variações acima, observou-se um prejuízo antes do resultado financeiro de R\$135.078 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2021, comparado com um prejuízo de R\$28.536 mil no mesmo período de 2020, representando uma variação negativa de R\$106.542 mil, ou 373,36%

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro variou positivamente em R\$18.893 mil ou 726,65% na comparação entre o resultado positivo de R\$16.293 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2021 e o resultado negativo de R\$2.600 mil no mesmo período de 2020, majoritariamente em decorrência do aumento na receita financeira, no montante de R\$19.558 mil em razão dos rendimentos de aplicações financeiras do caixa resultante da oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro de 2020 e aumento na despesa financeira, no montante de R\$665mil resultante das antecipações dos recebíveis.

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Por conta das variações acima mencionadas, o resultado antes do imposto de renda representou um prejuízo no montante de R\$31.136 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020, comparado a um prejuízo de R\$118.785 mil no mesmo período de 2021, representando uma variação negativa de R\$87.649 mil ou 281,51%.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social na comparação entre o período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2020 e o mesmo período de 2021, sofreu uma redução de R\$11 mil ou 100%, passando de R\$11 mil para zero, em decorrência da variação do imposto de renda diferido sobre a amortização do direito de uso do ativo intangível.

Prejuízo do período

Em razão das variações acima mencionadas, o prejuízo líquido no período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$31.125 mil, foi inferior em R\$87.660 mil ou 281,64% ao prejuízo líquido no mesmo período de 2021, no montante de R\$118.785 mil.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstrações de resultados (em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
Receita líquida	79.607	100,00%	53.677	100,00%	48,31%
Custo do serviço prestado	(51.420)	-64,59%	(36.832)	-68,62%	39,61%
Lucro bruto	28.187	35,41%	16.845	31,38%	67,33%
Receitas (despesas) operacionais	(59.306)	-74,50%	(37.439)	-69,75%	58,41%
Despesas comerciais	(21.967)	-27,59%	(16.726)	-31,16%	31,33%
Gerais e administrativas	(37.394)	-46,97%	(21.089)	-39,29%	77,31%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	55	0,07%	376	0,70%	-85,39%
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(31.119)	-39,09%	(20.594)	-38,37%	51,11%
Resultado financeiro líquido	(17)	-0,02%	(191)	-0,36%	-91,10%
Receita financeira	2.242	2,82%	1.732	3,23%	29,45%
Despesa financeira	(2.259)	-2,84%	(1.923)	-3,58%	17,47%
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(31.136)	-39,11%	(20.785)	-38,72%	49,80%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	0,01%	28	0,05%	-60,71%
Prejuízo do exercício	(31.125)	-39,10%	(20.757)	-38,67%	49,95%

Conforme informado na “ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2022”, a Companhia reclassificou as demonstrações do resultado referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. As citadas reclassificações foram aplicadas para servir como base de comparação com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Dessa forma, para garantir a efetiva comparabilidade com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as explicações a seguir estão considerando as informações do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 com as classificações aplicadas originalmente.

Receita líquida

A receita líquida aumentou R\$ 25.930 mil ou 48,31%, passando de R\$53.677 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 para R\$79.607 mil no mesmo período em 2020, principalmente devido ao aumento da base de usuários (9,5 milhões de usuários acumulados em 31 de dezembro de 2019 contra 13,7 milhões em 31 de dezembro de 2020) e, consequentemente, do número de transações (1.943 mil transações no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 contra 3.256 mil no mesmo período em 2020). Esse aumento foi obtido em decorrência dos investimentos em mídia off-line, como comerciais e propagandas e mídia de performance, além do constante desenvolvimento da plataforma, importante para a garantia de conversão de novos usuários e retenção de usuários recorrentes.

Custo do serviço prestado

O custo do serviço prestado aumentou R\$ 14.588 mil ou 39,61%, passando de R\$ 36.832 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 51.420 mil no mesmo período em 2020, principalmente devido ao aumento da base de usuários e, consequentemente, do número de transações no período.

Lucro bruto

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em decorrência das variações acima, o lucro bruto aumentou de R\$16.845 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 para R\$28.187 mil no mesmo período em 2020, representando uma variação de R\$11.342 mil ou 67,33%. Desta forma, a margem bruta do período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2020 se elevou em 4,03pp (pontos percentuais), atingindo 35,41% contra 31,38% no mesmo período em 2019.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais aumentaram R\$21.867 mil ou 58,41%, passando de R\$37.439 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$59.306 mil no mesmo período de 2020, em razão das seguintes variações:

- Aumento de R\$5.241 mil ou 31,33% nas despesas publicitárias, que passaram de R\$16.726 mil para R\$21.967 mil, em decorrência do aumento do volume de mídia no período.
- Aumento de R\$16.305 mil ou 77,31% nas despesas gerais e administrativas, que passaram de R\$21.089 mil para R\$37.394 mil, devido substancialmente, as despesas com a remuneração com o programa de opção de compra de ações no valor R\$11.540mil.
- Redução de R\$321 mil em outras receitas líquidas, que passaram de R\$376 mil para R\$55 mil, devido substancialmente a despesas indedutíveis registradas no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Prejuízo operacional antes do resultado financeiro

Em razão das variações acima, observou-se um prejuízo antes do resultado financeiro de R\$31.119 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020, comparado com um prejuízo de R\$20.594 mil no mesmo período de 2019, representando uma variação negativa de R\$10.525 mil, ou 51,11%

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro variou positivamente em R\$174 mil ou 91,10% na comparação entre o resultado negativo de R\$191 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 e o resultado negativo de R\$17 mil no mesmo período de 2020, em decorrência das seguintes variações:

- Aumento na receita financeira, no montante de R\$510 mil ou 29,45%, que registrou R\$1.732 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 e R\$2.242 mil no mesmo período em 2020, ocasionada, principalmente, pelo aumento dos rendimentos de aplicações financeiras do caixa resultante da oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro de 2020.
- Aumento na despesa financeira, no montante de R\$336 mil ou 17,47%, que registrou R\$1.923 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 e R\$2.259 mil no mesmo período em 2020, resultante do aumento de despesas em juros de empréstimos em decorrência da contratação de linhas de crédito realizadas no período para fortalecer o caixa da Companhia em decorrência da pandemia de COVID-19.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Por conta das variações acima mencionadas, o resultado antes do imposto de renda representou um prejuízo no montante de R\$20.785 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019, comparado a um prejuízo de R\$31.136mil no mesmo período de 2020, representando uma variação negativa de R\$10.351 mil ou 49,8%.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social na comparação entre o período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2019 e o mesmo período de 2020, sofreu uma redução de R\$17 mil ou -60,71%, passando de R\$28 mil para R\$11 mil, em decorrência da variação do imposto de renda diferido sobre a amortização do direito de uso do ativo intangível.

Prejuízo do período

Em razão das variações acima mencionadas, o prejuízo líquido no período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$20.757 mil, foi inferior em R\$ 10.368mil ou 49,95% ao prejuízo líquido no mesmo período de 2020, no montante de R\$31.125 mil.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

Demonstrações de resultados (em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
Receita líquida	53.677	100,00%	38.999	100,00%	37,64%
Custo do serviço prestado	(36.832)	-68,62%	(30.419)	-78,00%	21,08%
Lucro bruto	16.845	31,38%	8.580	22,00%	96,33%
Receitas (despesas) operacionais	(37.439)	-69,75%	(27.596)	-70,76%	35,67%
Despesas comerciais	(16.726)	-31,16%	(7.574)	-19,42%	120,83%
Gerais e administrativas	(21.089)	-39,29%	(20.214)	-51,83%	4,33%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	376	0,70%	192	0,49%	96,04%
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(20.594)	-38,37%	(19.016)	-48,76%	8,30%
Resultado financeiro líquido	(191)	-0,36%	(1.079)	-2,77%	-82,30%
Receita financeira	1.732	3,23%	990	2,54%	74,95%
Despesa financeira	(1.923)	-3,58%	(2.069)	-5,31%	-7,06%
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(20.785)	-38,72%	(20.095)	-51,53%	3,44%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	0,05%	-	0,00%	n.m
Prejuízo do exercício	(20.757)	-38,67%	(20.095)	-51,53%	3,30%

Receita líquida

A receita líquida aumentou R\$14.678 mil, ou 37,64%, de R\$38.999 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$53.677 mil no exercício de 2019, principalmente devido ao aumento da base de usuários (7,4 milhões de usuários acumulados em 31 de dezembro de 2018 contra 9,5 milhões em 31 de dezembro de 2019) e, conseqüentemente, número de transações (1.695 mil

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

transações no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 contra 1.943 mil no exercício de 2019). Esse aumento foi obtido em decorrência dos investimentos em mídia off-line, como comerciais e propagandas e mídia de performance, além do constante desenvolvimento da plataforma, importante para garantia de conversão de novos usuários e retenção de usuários recorrentes.

Custos do serviço prestado

O custo do serviço prestado aumentou R\$6.413 mil, ou 21,08%, de R\$30.419 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$36.832 mil no exercício de 2019, principalmente devido ao aumento da base de usuários e, conseqüentemente, do número de transações no período, conforme mencionado acima, tendo tal aumento sido parcialmente compensado pela otimização de custos operacionais relacionados a meio de pagamento e obtenção de condições comerciais melhores com fornecedores em razão do volume de transações.

Lucro bruto

Em decorrência das variações acima, o lucro bruto aumentou de R\$8.580 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$16.845 mil no exercício de 2019, representando uma variação de R\$8.265 mil ou 96,33%. Desta forma, a margem bruta do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 elevou-se em 9pp (pontos percentuais), atingindo 31,38% contra 22,00% no exercício de 2018.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais aumentaram em R\$9,843 mil ou 35,67%, passando de R\$27.596 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$37.439 mil no exercício de 2019, em razão das seguintes variações:

- Aumento de R\$9.152 mil ou 120,83% nas despesas publicitárias, que passaram de R\$7.574 mil para R\$16.726 mil, principalmente devido ao aumento de investimento em marketing offline.
- Aumento de R\$875 mil ou 4,33% nas despesas gerais e administrativas, que passaram de R\$20.214 mil para R\$21.089 mil, devido, principalmente, ao aumento de R\$671 mil em despesas com salário em razão do aumento do quadro de funcionários, bem como um aumento de R\$2.503 mil em de depreciação e amortização principalmente de gastos capitalizados com atividades de desenvolvimento da plataforma.
- Aumento de R\$184 mil ou 95,83% em outras receitas operacionais líquidas, que passaram de R\$192 mil para R\$376 mil em decorrência, majoritariamente, da existência de receitas extraordinárias relativas à operação logística.

Prejuízo operacional antes do resultado financeiro

Em razão das variações acima, observou-se um prejuízo de R\$20.594 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado com um prejuízo de R\$19.016 mil no exercício de 2018, representando uma variação de R\$1.578, ou 8,30%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro variou positivamente R\$888 mil ou 82,30% na comparação entre o resultado negativo de R\$1.079 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e o resultado negativo de R\$191 mil no exercício de 2019, em decorrência das seguintes variações:

- Aumento na receita financeira, no montante de R\$742 mil ou 74,95%, que registrou R\$1.732 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$990 mil no exercício de 2018, ocasionado pela realização de aportes de capital no exercício de 2018 no montante total de R\$45.801 mil, que resultaram no aumento das aplicações financeiras, gerando rendimento de R\$1.661 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 contra R\$792 mil no exercício de 2018.
- Redução na despesa financeira, no montante de R\$146 mil ou 7,06%, que registrou R\$1.923 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$2.069 mil no exercício de 2018, em razão da incidência de IOF e imposto de renda sobre operações de câmbio ocorridas em 2018 em decorrência do aporte de capital em moeda estrangeira, a qual não ocorreu em 2019.

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Por conta das variações acima mencionadas, o resultado antes do imposto de renda representou um prejuízo no montante de R\$20.785 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado com um prejuízo de R\$20.095 mil no exercício de 2018, representando uma variação de R\$690 mil, ou 3,43%.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social registrou R\$28 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, decorrente do imposto de renda diferido sobre a amortização do direito de uso do ativo imobilizado, em contrapartida ao arrendamento. Este valor é decorrente da adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) Arrendamentos prospectivamente em 2019. O imposto de renda e contribuição social não registrou saldo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, em decorrência de base negativa e prejuízo fiscal.

Prejuízo do período

Devido às variações acima mencionadas, o prejuízo líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$20.757 mil, foi superior em 3,29% ao prejuízo líquido no exercício de 2018, que registrou um montante de R\$20.095 mil.

BALANÇO PATRIMONIAL

A seguir, são apresentadas as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balço patrimonial (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2021	AV	Em 31 de dezembro de 2020	AV	AH
Ativo					
Circulante	418.705	88,65%	506.654	95,76%	-17,36%
Caixa e equivalentes de caixa	382.542	81,00%	486.707	91,99%	-21,40%
Aplicações financeiras vinculadas	9.193	1,95%	16.316	3,08%	-43,66%
Contas a receber	16.001	3,39%	-	0,00%	-
Adiantamentos	719	0,15%	107	0,02%	571,96%
Despesas antecipadas	2.400	0,51%	-	0,00%	-
Impostos a recuperar	7.690	1,63%	3.378	0,64%	127,65%
Outros	160	0,03%	146	0,03%	9,59%
Não circulante	53.590	11,35%	22.413	4,24%	139,10%
Aplicações financeiras vinculadas	333	0,07%	333	0,06%	0,00%
Partes relacionadas	110	0,02%	-	0,00%	-
Imposto diferido	-	0,00%	-	0,00%	-
Imobilizado	10.580	2,24%	4.343	0,82%	143,61%
Intangível	42.567	9,01%	17.737	3,35%	139,99%
Total Ativo	472.295	100,00%	529.067	100,00%	-10,73%

Balço patrimonial (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2021	AV	Em 31 de dezembro de 2020	AV	AH
Passivo					
Circulante	39.417	8,35%	28.371	5,36%	38,93%
Fornecedores	20.066	4,25%	12.460	2,36%	61,04%
Empréstimos e financiamentos CP	-	0,00%	-	0,00%	-
Obrigações sociais e trabalhistas	9.171	1,94%	3.750	0,71%	144,56%
Obrigações tributárias	347	0,07%	1.183	0,22%	-70,67%
Antecipações de recebíveis	-	0,00%	6.507	1,23%	-100,00%
Adiantamentos de clientes	2.597	0,55%	-	0,00%	-
Outras contas a pagar	5.088	1,08%	3.740	0,71%	36,04%
Arrendamento CP	2.148	0,45%	731	0,14%	193,84%
Não circulante	8.317	1,76%	3.553	0,67%	134,08%
Arrendamento LP	5.605	1,19%	1.188	0,22%	371,80%
Provisão de contingências	2.712	0,57%	2.365	0,45%	14,67%
Patrimônio líquido	424.561	89,89%	497.143	93,97%	-14,60%
Total do passivo e patrimônio líquido	472.295	100,00%	529.067	100,00%	-10,73%

Ativo circulante

O ativo circulante diminuiu R\$87.949 mil, ou 17,36%, passando de R\$506.654 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$418.705 mil em 31 de dezembro de 2021. O ativo circulante representava 95,76% do total do ativo em 31 de dezembro de 2020 e 88,65% em 31 de dezembro de 2021. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- Redução dos saldos de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$104.165 mil, ou 21,40%, atribuído principalmente ao consumo de caixa necessários para a ampliação e implementação do plano de negócios da Companhia combinados com a redução no saldo de aplicações financeiras vinculadas, no montante de R\$7.123 mil, ou 43,66%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- O aumento do contas a receber no montante de R\$16.001 mil, em 31 de dezembro de 2021 ocasionado pela suspensão da antecipação automática dos saldos dos recebíveis.
- Aumento no saldo de impostos a recuperar, que passou de R\$3.378 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$7.690 mil em 31 de dezembro de 2021, representando uma variação de R\$4.312 mil, ou 127,65%, devido principalmente ao imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos dos volumes resgatados das aplicações financeiras da Companhia.

Ativo não circulante

O ativo apresentou variação aumentando R\$31.777 mil ou 139,10%, passando de R\$22.413 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$53.590 mil em 31 de dezembro de 2021. O ativo não circulante representava 4,24% do total do ativo em 31 de dezembro de 2020 e 11,35% em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- aumento nas aquisições de ativo imobilizado de R\$6.237 mil, ou 143,61%, atribuído principalmente ao direito de uso dos novos contratos de arrendamento mercantil sendo: (i) novo escritório administrativo localizado em Barueri/SP; (ii) novo centro de distribuição em Cabreúva/SP para expansão das operações do Enjoei Pro;
- aumento do ativo intangível dos investimentos relacionados ao desenvolvimento da plataforma virtual (site) no montante de R\$24.830 mil, ou 139,99%.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou 38,93%, ou R\$11.046 mil, passando de R\$ R\$28.371 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$39.417 mil em 31 de dezembro de 2021. O passivo circulante representava 5,36% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 8,35% em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- Aumento no saldo de fornecedores, no montante de R\$7.706 mil, ou 61,04%, passando de R\$12.460 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$20.066 mil em 31 de dezembro de 2021, em razão do crescimento da operação e do alongamento de prazos de pagamento com os fornecedores.
- Aumento no saldo de obrigações sociais e trabalhistas, no montante de R\$5.421 mil, ou 144,56%, passando de R\$3.750 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$9.171 mil em 31 de dezembro de 2021, em razão do aumento no quadro de funcionários da Companhia.
- Zeramento do saldo de antecipação de recebíveis, passando de R\$6.507 mil em 31 de dezembro de 2020 para zero em 31 de dezembro de 2021 em razão da suspensão da antecipação de recebíveis da Companhia.
- Aumento nos adiantamentos de clientes passando de zero em 31 de dezembro de 2020 para R\$2.597 mil em 31 de dezembro de 2021 representado pelos recebimentos das transações já recebidas para as quais as obrigações de performance para o reconhecimento da receita ainda não foram finalizadas junto aos usuários da plataforma.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Passivo não circulante**

O passivo não circulante aumentou 134,08%, ou R\$4.764 mil, passando de R\$3.553 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$8.317 mil em 31 de dezembro de 2021. O passivo não circulante representava 0,67% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 1,76% em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente em razão dos novos contratos de arrendamento mercantil.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido reduziu R\$72.582 mil, ou 14,60% passando de R\$497.143 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$424.561 mil em 31 de dezembro de 2021, devido principalmente aos resultados operacionais da Companhia no período. O patrimônio líquido representava 93,97% do total do passivo em 31 de dezembro de 2020 e 89,89% em 31 de dezembro de 2021.

ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanço patrimonial (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2020	AV	Em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
Ativo					
Circulante	506.654	95,76%	16.330	44,19%	3002,60%
Caixa e equivalentes de caixa	486.707	91,99%	3.104	8,40%	15579,99%
Aplicações financeiras vinculadas	16.316	3,08%	12.587	34,06%	29,63%
Adiantamentos	107	0,02%	81	0,22%	32,10%
Impostos a recuperar	3.378	0,64%	514	1,39%	557,20%
Outros	146	0,03%	44	0,12%	231,82%
Não circulante	22.413	4,24%	20.624	55,81%	8,67%
Aplicações financeiras vinculadas	333	0,06%	333	0,90%	0,00%
Depósito Judicial	-	0,00%	22	0,06%	-100,00%
Imposto diferido	-	0,00%	28	0,08%	-100,00%
Imobilizado	4.343	0,82%	4.748	12,85%	-8,53%
Intangível	17.737	3,35%	15.493	41,93%	14,48%
Total Ativo	529.067	100,00%	36.954	100,00%	1331,69%

Balanço patrimonial (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2020	AV	Em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
Passivo					
Circulante	28.371	5,36%	17.841	48,28%	59,02%
Fornecedores	12.460	2,36%	4.743	12,83%	162,70%
Empréstimos e financiamentos CP	-	0,00%	675	1,83%	-100,00%
Obrigações sociais e trabalhistas	3.750	0,71%	2.061	5,58%	81,95%
Obrigações tributárias	1.183	0,22%	1.041	2,82%	13,64%
Antecipações de recebíveis	6.507	1,23%	5.168	13,98%	25,91%
Outras contas a pagar	3.740	0,71%	3.426	9,27%	9,17%
Arrendamento CP	731	0,14%	727	1,97%	0,55%
Não circulante	3.553	0,67%	4.168	11,28%	-14,76%
Arrendamento LP	1.188	0,22%	1.947	5,27%	-38,98%
Provisão de contingências	2.365	0,45%	2.221	6,01%	6,48%
Patrimônio líquido	497.143	93,97%	14.945	40,44%	3226,48%
Total do passivo e patrimônio	529.067	100,00%	36.954	100,00%	1331,69%

Ativo circulante

O ativo circulante aumentou R\$ 490.324 mil, ou 3002,60%, passando de R\$16.330 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$506.654 mil em 31 de dezembro de 2020. O ativo circulante representava 44,19% do total do ativo em 31 de dezembro de 2019 e 95,76% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- Aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$483.603 mil, ou 15579,99%, principalmente em decorrência da captação de recursos por meio do processo de oferta pública inicial de ações aumento no saldo de aplicações financeiras vinculadas, no montante de R\$3.729 mil, ou 29,63%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Aumento no saldo de impostos a recuperar, que passou de R\$514 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$3.378 mil em 31 de dezembro de 2020, representando uma variação de R\$2.864 mil, ou 557,20%, devido principalmente ao levantamento de créditos extemporâneos oriundos de custos inerentes a operação da Companhia.

Ativo não circulante

O ativo não apresentou variação significativa, aumentando R\$1.789 mil ou 8,67%, passando de R\$20.264 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$22.413 mil em 31 de dezembro de 2020. O ativo não circulante representava 55,81% do total do ativo em 31 de dezembro de 2019 e 4,24% em 31 de dezembro de 2020.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou 59,02%, ou R\$10.530 mil, passando de R\$17.841 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$28.371 mil em 31 de dezembro de 2020. O passivo circulante representava 48,28% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 5,36% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- Aumento no saldo de fornecedores, no montante de R\$7.717 mil, ou 162,70%, passando de R\$4.743 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$12.460 mil em 31 de dezembro de 2020, em razão do crescimento da operação e do alongamento de prazos com os fornecedores.
- Aumento no saldo de obrigações sociais e trabalhistas, no montante de R\$1.689 mil, ou 81,95%, passando de R\$2.061 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$3.750 mil em 31 de dezembro de 2020, em razão do aumento no quadro de funcionários da Companhia para atender ao crescimento da operação.
- Aumento no saldo de antecipação de recebíveis, no montante de R\$ 1.339 mil, ou 25,91%, passando de R\$5.168 mil para R\$6.507 mil, como consequência do crescimento de transações da operação.

Passivo não circulante

O passivo não circulante reduziu 14,76%, ou R\$615 mil, passando de R\$4.168 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$3.553 mil em 31 de dezembro de 2020. O passivo não circulante representava 11,28% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 0,67% em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu principalmente em decorrência dos pagamentos de aluguel.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido aumentou R\$482,198 mil, ou 3226,48% passando de R\$14.945 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$497.143 mil em 31 de dezembro de 2020, devido principalmente ao aporte de capital proveniente do processo de oferta pública inicial de ações. O patrimônio líquido representava 40,44% do total do passivo em 31 de dezembro de 2019 e 93,97% em 31 de dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Balanço patrimonial (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2019	AV	Em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
Ativo					
Circulante	16.330	44,19%	38.749	74,39%	-57,86%
Caixa e equivalentes de caixa	3.104	8,40%	15.181	29,14%	-79,55%
Aplicações financeiras vinculadas	12.587	34,06%	22.987	44,13%	-45,24%
Adiantamentos	81	0,22%	34	0,07%	138,24%
Impostos a recuperar	514	1,39%	472	0,91%	8,90%
Outros	44	0,12%	75	0,14%	-41,33%
Não circulante	20.624	55,81%	13.340	25,61%	54,60%
Aplicações financeiras vinculadas	333	0,90%	433	0,83%	-23,09%
Depósito Judicial	22	0,06%	103	0,20%	-78,64%
Imposto diferido	28	0,08%	-	0,00%	100,00%
Imobilizado	4.748	12,85%	1.069	2,05%	344,15%
Intangível	15.493	41,93%	11.735	22,53%	32,02%
Total Ativo	36.954	100,00%	52.089	100,00%	-29,06%

Balanço patrimonial (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2019	AV	Em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
Passivo					
Circulante	17.841	48,28%	14.238	27,33%	25,31%
Fornecedores	4.743	12,83%	3.598	6,91%	31,82%
Empréstimos e financiamentos	675	1,83%	864	1,66%	-21,88%
Obrigações sociais e trabalhistas	2.061	5,58%	2.224	4,27%	-7,33%
Obrigações tributárias	1.041	2,82%	631	1,21%	64,98%
Antecipações de recebíveis	5.168	13,98%	3.462	6,65%	49,28%
Outras contas a pagar	3.426	9,27%	3.459	6,64%	-0,95%
Arrendamentos	727	1,97%	-	0,00%	100,00%
Não circulante	4.168	11,28%	2.149	4,13%	93,95%
Empréstimos e financiamentos	-	0,00%	623	1,20%	-100,00%
Arrendamentos	1.947	5,27%	-	0,00%	100,00%
Provisão para riscos	2.221	6,01%	1.526	2,93%	45,54%
Patrimônio líquido	14.945	40,44%	35.702	68,54%	-58,14%
Total do passivo e patrimônio líquido	36.954	100,00%	52.089	100,00%	-29,06%

Ativo circulante

O ativo circulante reduziu 57,86%, ou R\$22.419 mil, passando de R\$38.749 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$16.330 mil em 31 de dezembro de 2019. O ativo circulante representava 74,39% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018 e 44,19% em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu principalmente pela redução no saldo de aplicações financeiras vinculadas, no montante de R\$10.400 mil, ou 45,24%, passando de R\$22.987 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$12.587 mil em 31 de dezembro de 2019, e pela redução dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, no montante de R\$ 12.077 mil, ou 79,55%, passando de R\$ 15.181 mil em 31 de dezembro de 2018

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

para R\$ 3.104 mil em 31 de dezembro de 2019, os quais foram consumidos pelo resultado operacional da Companhia.

Ativo não circulante

O ativo não circulante aumentou 54,60%, ou R\$7.284 mil, passando de R\$13.340 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$20.264 mil em 31 de dezembro de 2019. O ativo não circulante representava 25,61% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018 e 55,81% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente pela variação no saldo do ativo intangível, no montante de R\$3.758 mil, ou 32,03%, passando de R\$11.735 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$15.493 mil em 31 de dezembro de 2019, decorrente dos investimentos na construção da plataforma.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou 25,31%, ou R\$3.603 mil, passando de R\$14.238 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$17.841 mil em 31 de dezembro de 2019. O passivo circulante representava 27,33% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 48,28% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- Aumento no saldo de fornecedores, no montante de R\$1.145 mil, ou 31,82%, passando de R\$3.598 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$4.743 mil em 31 de dezembro de 2019, em razão do crescimento da operação.
- Aumento no saldo de antecipação de recebíveis no montante de R\$ 1.706 mil, ou 49,28%, passando de R\$ 3.462 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 5.168 mil em 31 de dezembro de 2019, em consequência do crescimento da operação.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou 93,95%, ou R\$2.019 mil, passando de R\$2.149 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$4.168 mil em 31 de dezembro de 2019. O passivo não circulante representava 4,13% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 11,28% em 31 de dezembro de 2019. Esse crescimento é atribuído, principalmente, a (i) saldo de arrendamento, no montante de R\$1.947 mil (inexistente em 31 de dezembro de 2018) em decorrência da aplicação de novas normas e pronunciamentos contábeis, notadamente IFRS 16 Contratos de arrendamento, em que foi constituído um ativo pelo direito de uso contra o passivo de arrendamento e (ii) aumento no saldo de provisão para riscos, no montante de R\$695 mil, ou 45,54%, passando de R\$1.526 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$2.221 mil em 31 de dezembro de 2019, em razão da constituição de provisão para riscos, os quais foram parcialmente compensados pela liquidação total do saldo de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$623 mil em 31 de dezembro de 2018.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido reduziu 58,14%, ou R\$20.757 mil, passando de R\$35.702 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$14.945 mil em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente aos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

resultados operacionais da Companhia no período. O patrimônio líquido representava 68,54% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 40,44% em 31 de dezembro de 2019.

FLUXO DE CAIXA

A seguir, são apresentadas as variações nas demonstrações do fluxo de caixa da Companhia, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

Fluxo de caixa (R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	(68.003)	(7.271)	(1.227)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades investimentos	(35.105)	(8.632)	(9.318)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades financiamentos	(1.057)	499.506	(1.532)
= Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(104.165)	483.603	(12.077)

Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido consumido nas atividades operacionais aumentou em R\$6.044 mil, passando de R\$1.227 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$7.271 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, em função substancialmente do resultado operacional da Companhia (prejuízo de R\$10.368), adicionado da movimentação de aplicações financeiras vinculadas no montante negativo de R\$14.229 mil, da variação positiva de R\$ 11.540 da remuneração através do plano de opção de compra de ações e da variação positiva de R\$ 6.572 mil em Fornecedores.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o caixa líquido consumido nas atividades operacionais aumentou em R\$60.732 mil, passando de R\$7.271 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$68.003 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, em função substancialmente do resultado operacional da Companhia (prejuízo de R\$87.660), da movimentação de aplicações financeiras vinculadas no montante positivo de R\$10.852 mil, da movimentação de contas a receber no montante negativo de R\$ 16.001, da variação positiva de R\$34.530 referente ao plano de opção de compra de ações e da variação negativa de R\$2.351 mil em Fornecedores.

Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento apresentou uma redução de 7,36%, ou R\$686 mil, passando de R\$9.318 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$8.632 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, em decorrência da variação nos investimentos em ativos imobilizados no montante de R\$504 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento apresentou um aumento 306,68%, ou R\$26.473 mil, passando de R\$8.632 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$35.105 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, em decorrência da variação nos investimentos em ativos imobilizados no montante de R\$1.122 mil e dos ativos intangíveis no montante de R\$25.351 mil.

Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos totalizou R\$499.506 mil, uma variação positiva de R\$501.038 mil, comparado a um caixa líquido consumido nas atividades de financiamento de R\$1.532 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento é principalmente atribuído ao incremento do capital social da Companhia resultante do processo de oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos totalizou R\$1.057 mil, uma variação negativa de R\$500.563 mil, comparado a um caixa líquido consumido nas atividades de financiamento de R\$499.506 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa redução está majoritariamente relacionada com a captação de recursos proveniente do processo de oferta pública inicial de ações em 06 de novembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**(a) resultados das operações da Companhia****(a) descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A Companhia reconhece receitas de seu único segmento operacional, pela intermediação do comércio online (*marketplace*). A receita de intermediação é reconhecida quando todas as obrigações de performance foram atingidas em um único momento no tempo, considerando-se sete dias após a entrega dos produtos comercializados.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme comentários da Diretoria inseridos no item 10.1(h) acima, os resultados operacionais da Companhia foram principalmente afetados pelo aumento da base de usuários ocasionado pelos investimentos em mídia online e off-line, incentivos de redução de frete para os usuários da plataforma, bem como por gastos com a construção e melhorias da plataforma.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A totalidade da receita de intermediação do comércio online (*marketplace*) da Companhia tem variações diretamente atribuíveis ao volume de transações realizadas em sua plataforma. A política comercial da Companhia é monitorada e ajustada de forma a garantir a melhor conversão das transações.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

A totalidade da receita de intermediação do comércio online (*marketplace*) da Companhia tem variações diretamente atribuíveis ao volume de transações realizadas em sua plataforma. Não há variações das receitas atribuíveis a impacto da inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**(a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da Companhia informam que não houve nos últimos três exercícios sociais a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2020, foi realizada a incorporação reversa da Enjoei, LLC e da Enjoei Ltd. ("incorporadas") pela Companhia ("Incorporação Reversa"), com o intuito de viabilizar a realização da oferta pública de distribuição inicial primária e secundária da Companhia ("IPO"), na medida em que permitiu que os acionistas da Companhia, que detinham sua participação societária de forma indireta – por meio da Enjoei Ltd. e Enjoei LLC, *holdings* puras localizadas no exterior -, passassem a deter, de forma direta, essa participação, na mesma proporção em que participavam do capital social da Enjoei Ltd.

Nesse sentido, as ações de emissão da Companhia de titularidade da Enjoei, LLC foram canceladas e substituídas por ações da Companhia emitidas em igual quantidade àquelas detidas por Enjoei LLC, as quais foram distribuídas aos antigos acionistas da Enjoei Ltd. proporcionalmente à participação detida anteriormente em Enjoei Ltd.

A Incorporação Reversa foi precedida por um aumento de capital social por meio do qual o saldo de caixa das Incorporadas, no valor total de R\$ 10.232.890,00, foi incorporado à Companhia.

Além disso, no exercício social de 2020, a Companhia realizou seu IPO, cujo anúncio de início foi divulgado no dia 6 de novembro de 2020. Em decorrência do IPO, foram emitidas 45.935.000 novas ações ordinárias pela Companhia, mediante aumento do capital social no montante de R\$470.833.750,00.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve, nos últimos três exercícios sociais, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado efeitos relevantes nas demonstrações contábeis ou resultados da Companhia.

Não obstante, os Diretores destacam que os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2020, o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações ("Plano") e, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2020, o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia ("Primeiro Programa"), outorgando opções a determinados beneficiários (dentre os quais Diretores da Companhia) que tiveram papel essencial no desenvolvimento da Companhia, condicionando o exercício de tais opções ao transcurso de períodos de carência que se iniciaram na data de divulgação do Prospecto Definitivo da oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia, ocorrida em 5 de novembro de 2020.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de março de 2021, foi deliberado o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Segundo Programa"), na forma do plano de outorga de opções aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2020, autorizando a administração da Companhia a celebrar os respectivos contratos de outorga

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

de até 940.000 opções de ações distribuídas aos beneficiários, as quais darão direito à aquisição de 01 ação a cada opção exercida, mediante o pagamento do preço de exercício fixado nos termos do respectivo Programa. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de outubro de 2021 foi deliberado o cancelamento do Segundo Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia ("Segundo Programa"), de modo que todas as opções outorgadas no âmbito deste programa foram automaticamente extintas.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de outubro de 2021, foi deliberado o Terceiro Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Terceiro Programa"), na forma do plano de outorga de opções aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2020, autorizando a administração da Companhia a celebrar os respectivos contratos de outorga de até 1.440.000 opções de ações distribuídas aos beneficiários, as quais darão direito à aquisição de 01 ação a cada opção exercida, mediante o pagamento do preço de exercício fixado nos termos do respectivo Programa.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de fevereiro de 2022, foi deliberado o Quarto Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Quarto Programa"), na forma do plano de outorga de opções aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2020, autorizando a administração da Companhia a celebrar os respectivos contratos de outorga de até 200.000 opções de ações distribuídas aos beneficiários, as quais darão direito à aquisição de 01 ação a cada opção exercida, mediante o pagamento do preço de exercício fixado nos termos do respectivo Programa

Os Diretores da Companhia informam que, em virtude da aprovação do Plano e do Primeiro e Terceiro Programas, o impacto nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021 decorrente da remuneração baseada em ações dos beneficiários é de R\$46.070mil.

Ainda, dado os prazos totais de carência que variam entre 42 e 48 meses, o reconhecimento da despesa total prevista com a remuneração baseada em ações relacionada aos Programas também poderão impactar as demonstrações financeiras da Companhia de exercícios futuros, sendo tal impacto total para o período entre 42 e 48 meses estimado, considerando o valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, no montante de R\$34.735mil.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplicou o CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Companhia. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos contratuais.

CPC 47 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30, o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

O CPC 47 não teve um impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 eliminou as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 reteve em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39 por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38. Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia.

CPC 06(R2) Operações de arrendamento mercantil

A Companhia adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento. Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicado apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

Como arrendatário

Como arrendatário, a Companhia arrenda basicamente imóveis. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Companhia. De acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento todos os arrendamentos de imóveis, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem ao seu arrendamento imobiliário.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular:

- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou informação retrospectiva ao determinar o prazo do arrendamento.

Impacto nas demonstrações contábeis

Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais, incluindo propriedades para investimento e passivos de arrendamento adicionais. O impacto na transição está resumido abaixo.

	01/01/2019 (em R\$ mil)
Ativos de direito de uso	244
Passivo de arrendamento	244

	01/01/2019 (em R\$ mil)
Contratos de arrendamento operacional	270
Descontado usando a taxa incremental sobre empréstimo	(26)
Passivos de arrendamento reconhecidos	244

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis no período corrente e nos últimos três exercícios sociais estão descritos no item (a) acima.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não aplicável, tendo em vista que não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres de auditoria do auditor independente da Companhia constantes das informações contábeis relativas aos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Na preparação das informações contábeis, a Administração entende que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas por conter estimativas ou julgamentos considerando situações que envolvem cálculos com certa complexidade que possam resultar em alterações decorrente de circunstâncias do futuro. As premissas utilizadas são revistas periodicamente, baseadas no conhecimento e experiência da Administração, no histórico de informações da própria Companhia, estimativas elaboradas pela Administração tendo como referência eventos futuros, e utilizando referências disponíveis no mercado e auxílio de especialista. A Administração avalia continuamente as políticas contábeis críticas e entende que são essenciais para a melhor informação possível dos resultados e condições patrimoniais no final de cada período de relatório e acredita que as premissas e estimativas utilizadas são razoáveis.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras referem-se a:

Receita de contrato com cliente

Se a receita de intermediação é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita em um certo ponto no tempo ou ao longo do tempo.

Comentários da Administração:

A Administração da Companhia avaliou as obrigações de performance e concluiu que a receita de intermediação é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita em um certo ponto no tempo, ocorrendo sete dias após a entrega dos produtos comercializados do vendedor ao comprador.

Vida útil de ativos imobilizados e intangíveis

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação aos benefícios futuros esperados, e as hipóteses relacionadas aos benefícios futuros esperados implicam em um grau significativo de julgamento.

Comentários da Administração:

Caso a Administração da Companhia identifique algum sinal de que o tempo estimado para obtenção de benefícios esperados dos seus ativos sofra alguma modificação, as vidas úteis dos bens do imobilizado e dos ativos intangíveis são reavaliadas com base em laudos técnicos. A mudança da estimativa de vida útil pode decorrer por evolução tecnológica, obsolescência programada ou mudança nas estimativas de uso dos ativos.

Teste de redução ao valor recuperável de ativo imobilizado e intangíveis

As principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento.

Comentários da Administração:

A Administração analisa anualmente os relatórios de avaliação econômico-financeira da Companhia, cujas projeções incluem premissas e julgamentos significativos, entre outras, relacionadas ao acompanhamento da performance operacional, geração de resultados e a projeção do fluxo de caixa.

Provisão para risco tributários, cíveis e trabalhistas

A determinação das principais premissas sobre a probabilidade dos riscos e magnitude das saídas de recursos requer julgamento significativo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Comentários da Administração:

A Administração a Companhia avalia, respaldada por seus assessores jurídicos, o risco de perda para cada demanda judicial ou riscos de natureza cível, trabalhista e previdenciário e tributário pela probabilidade de perda, sendo que, quando tal perda é classificada como provável, é contabilizada uma provisão pelo montante esperado de saída de recursos.

Perda esperada com *chargeback*

As premissas em relação a estimativa de cancelamentos relacionada a disputas, fraudes e desistência de compra por parte do usuário dentro do limite de tempo estabelecido.

Comentários da Administração:

A Administração monitora constantemente o histórico de *chargebacks* e os relatórios de acompanhamento financeiro. As provisões para *chargeback* são estabelecidas com base na expectativa provável de cancelamentos das compras intermediadas no seu *marketplace*.

Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia deve utilizar julgamento quando avaliar seu modelo de negócios para gerenciar ativos financeiros e essa avaliação não é determinada por um único fator ou atividade. Em vez disso, a Companhia deve considerar toda a evidência relevante, disponível na época da avaliação.

Comentários da Administração:

A Administração considera toda evidência relevante, disponível na época da avaliação, classificando os instrumentos financeiros de acordo com i) modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, ou ii) modelo de negócios cujo objetivo é atingido, tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda de ativos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)****(a) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Como já mencionado no item 10.4 deste Formulário de Referência a Companhia adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso do ativo igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Assim no balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2018 não estão evidenciados os contratos de arrendamento mercantis operacionais. Para os balanços patrimoniais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 estão evidenciados o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

Os Diretores informam que não existiam outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia encerradas em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, os investimentos da Companhia foram primordialmente em:

- marketing de performance e construção de marca (R\$53,7 milhões), com o objetivo de adquirir novos usuários e promover maior liquidez na plataforma através da construção de uma rede de vendedores e compradores ativa;
- incentivos de redução de frete para os usuários da plataforma (aproximadamente R\$45,2 milhões).

A Companhia prevê reforçar o seu investimento em construção de marca e aquisição de usuários nos próximos anos. Os investimentos em incentivos de frete continuarão relevantes para expansão nas regiões geográficas em que a Companhia possui baixa penetração de mercado.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Previamente à oferta pública inicial de ações realizado em 09 de novembro de 2020 os investimentos da Companhia eram suportados principalmente pelo caixa aportado por investidores financeiros. A geração de caixa somada ao reforço de caixa alcançado com oferta pública inicial de ações realizado pela Companhia em 09 de novembro de 2020 são as fontes de investimentos atuais.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

COVID-19

A Organização Mundial de Saúde ("OMS") declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global do Coronavírus (COVID-19) e esta declaração desencadeou severas medidas por parte das autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de estabelecimentos de comércio em geral e locais de trabalho.

A pandemia da COVID-19 impactou as cadeias globais de fornecimento e algumas medidas preventivas e protetivas ainda em vigor podem interferir na capacidade de entrega de produtos de vendedores a compradores. Caso os serviços de entrega sofram atrasos ou interrupções, alterando a performance atual de forma significativa, as vendas brutas de mercadorias e a receitas da Companhia podem ser impactadas de forma desfavorável, embora o avanço da cobertura vacinal dê sinais de que as atividades econômicas pré-pandemia sejam retomadas paulatinamente.

Fatores que poderiam afetar a predisposição dos consumidores em realizar compras não-essenciais incluem, dentre outros: condições comerciais em geral, níveis de emprego, taxas de juros, taxas tributárias, disponibilidade de crédito ao consumidor, confiança do consumidor em condições econômicas futuras, bem como riscos, e a percepção pública de riscos relacionados a epidemias ou pandemias como a própria COVID-19. No caso de uma desaceleração econômica prolongada ou recessão aguda, os hábitos de consumo podem ser adversamente afetados, impactando de forma desfavorável as receitas da Companhia.

A Companhia monitora em tempo real a evolução das transações dos usuários para que possa identificar e reagir rapidamente a eventuais variações causadas por fatores externos. As ações da Companhia para minimizar os impactos relacionados ao COVID-19 foram:

- reforço de comunicação com usuários sobre procedimentos adotados pelo enjeoi;
- incentivo da utilização da coleta em casa para os vendedores;
- expansão da região de cobertura do serviço de coleta em casa;
- alteração de 10 para 15 dias, o período de devolução de um produto por parte do comprador;
- simplificação do processo de reimpressão de etiqueta vencida.

O monitoramento no período da pandemia demonstrou que não há efeitos desfavoráveis no comportamento dos nossos consumidores uma vez que o número de usuários cresceu, de 9,55 milhões de usuários cadastrados em 31 de dezembro de 2019 para 13,72 milhões de usuários cadastrados em 31 de dezembro de 2020 e 21,34 milhões de usuários cadastrados em 31 de dezembro de 2021.

Despesas Publicitárias

As ações de publicidade da Companhia são planejadas estrategicamente e taticamente em ciclos anuais, em alinhamento com os elementos relacionados ao posicionamento da marca Enjeoi. São definidas de acordo com os interesses da Companhia em função do dinamismo e das mudanças no cenário em que está inserida; dos objetivos e metas do negócio da Companhia; do mercado como um todo; das oportunidades de negócios, tais como lançamentos e expansões de serviços; e dos objetivos de fortalecimento da sua marca.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

As ações de publicidade em televisão, jornais e revistas e mídias digitais são utilizadas para contribuir com os resultados e objetivos estratégicos da Companhia, sendo um elemento importante na aquisição e retenção de usuários.

As estratégias de aquisição da Companhia são compostas por Mídias Pagas de Performance (Google Ads, Facebook Ads, Parceiros Remarketing), combinadas com Tráfego não pago (tráfego direto e orgânico na plataforma). Ações e investimentos de Branding para fortalecimento da marca (tais como campanhas de TV, Influencer Marketing e Social Media) alavancam a aquisição de tráfego não pago para a plataforma (web e apps), possuindo um impacto relevante na eficiência de longo prazo da nossa estratégia de aquisição.

Após a etapa de conversão de um usuário em novo comprador, o objetivo passa a ser a retenção e o aumento de frequência de compras dos usuários, sendo isso atingido através da experiência oferecida pela plataforma (user experience ou “ux”, navegação e recomendações personalizadas, algoritmo de listagem otimizado em nível de usuário e geolocalização, atendimento) atrelada à manutenção de “top of mind” por reforço da marca online (influencers e remarketing) e offline (TVs aberta e paga). Como citado, os pilares de marketing de aquisição são:

- Mídias online de Performance: otimizadas através do CAC (custo por aquisição de novo comprador), direcionando investimento para mídias mais eficientes acompanhando cada touchpoint do usuário na plataforma e o impacto da mídia na sua ativação.
- Mídias Pagas de Branding: otimizadas através do impacto direto e indireto em tráfego orgânico e aquisição de novos usuários na plataforma.

As ações prezam pelo respeito à diversidade étnica, geográfica, de gênero, idade e de pessoas com deficiência, além de combater qualquer forma de discriminação, desrespeito ou situação constrangedora, em observância às leis e ao Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária, que regulamenta as normas éticas aplicáveis a publicidade e propaganda.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 os gastos com publicidade pela Companhia foram de R\$57.197 mil, R\$21.967 mil e R\$16.726 mil respectivamente.